

In: *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto, Afrontamento, pp. 9-20 [1º capítulo, de apresentação da temática e do livro] [versão draft].

A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras

Telmo H. Caria

1. Para uma teoria da investigação etnográfica

Como é que se faz e pensa a etnografia em Ciências Sociais, em Portugal? Esta é pergunta central que pretendemos responder através das nove contribuições que apresentamos neste livro.

O propósito não é novo. Destacamos, pelo seu pioneirismo individual ou colectivo, os trabalhos de Cabral (1983), Portela (1985), Costa (1987), Cardeira da Silva (1991) e, mais recentemente, o número temático da revista *Ethnologia* (1997).

Para responder à pergunta formulada não apresentaremos quaisquer normas de procedimento metodológico. Entendemos que uma metodologia é uma construção estratégica, que articula teoria e factos para abordar um objecto. Ora o objecto não é passivo à manipulação técnico-instrumental, nem é imediatamente evidente à observação. O objecto é uma construção limitada pelos recursos teóricos inventados até ao momento e àquilo que as pessoas (dimensão determinante do objecto em Ciências Sociais) "deixam ver" e se "dispõem a usar da ciência" (Caria, 2000b). Por isso, quaisquer normas de bem fazer ou bem dizer sobre o método, que aqui pudessemos indicar seriam votadas ao fracasso, porque a objectividade em Ciências Sociais não é um acto de neutralidade da observação (Caria, 1999b; 2000d).

O facto de não apresentarmos normas de procedimento (um método) não quer dizer que consideremos as metodologias de investigação em Ciências Sociais, e particularmente as etnográficas, dependentes apenas da subjectividade e emocionalidade dos seus autores e protagonistas, como se se tratasse somente de desenvolver (eventualmente formalizar na escrita) uma racionalidade estético-literária, absolutamente oposta a considerar a especificidade do social no debate sobre

objectividade científica. Recusamos estes dois pólos do debate sobre a etnografia: aquele que a reduz a uma "arte", impossível de ensinar e incomparável a qualquer outra metodologia, e aquele que a afirma no quadro de uma norma de "naturalismo observacional", possuindo uma qualidade que a tornaria imune à "artificialidade e convencionalismo" dos métodos "dedutivo-positivistas".

A nossa proposta é a de conjugar e fazer coexistir a linguagem da experiência, de estar e pensar no trabalho de campo, com a linguagem da teoria, que permite objectivar e racionalizar o que ocorreu. Uma leitura atenta aos diferentes contributos reunidos neste livro mostrará como existem elementos de análise que se repetem e que são objecto de explicação através de noções e conceitos com sentidos aproximados. Isto é particularmente visível nos textos apresentados na segunda parte, relativos à teorização do processo de interacção nos contextos sociais, apesar da heterogeneidade de contextos estudados, a saber: um grupo de crianças num jardim de infância (capítulo 8), um grupo de tóxico-dependentes urbanos (capítulo 1), várias colectividades rurais (capítulos 5 e 9), povos nativos da Guiné-Bissau e do Chile (capítulos 6 e 7), várias colectividades de festividades populares (capítulo 2), um grupo operário numa empresa industrial (capítulo 3) e grupos de professores (capítulo 4).

As abordagens que poderão ser encontradas mostram os limites actuais da teoria social para reflectir, em contexto, sobre as condições sociais e sócio-cognitivas da investigação etnográfica e a necessidade de desenvolver um trabalho conceptual que permita a objectivação da experiência de modo articulado com a contextualização da teoria social. Daí que este livro seja um contributo para o desenvolvimento de uma teoria social sobre a investigação etnográfica em Ciências Sociais. É ainda uma metodologia pluridisciplinar, dado estarmos em presença de contribuições de investigadores em Antropologia, em Educação, em Psicologia e em Sociologia.

Poderemos, também, enquadrar este livro nas propostas de cunho epistemológico apresentadas em Portugal nos anos 80 por José Madureira Pinto (1984; 1995a; 1985b), por Raúl Iturra (1987) e por Boaventura Sousa Santos (1987; 1989), já sistematizadas num outro trabalho (Caria, 1999a). Lembramos que Madureira Pinto, opondo-se ao normativismo do método, concebia a existência de uma *relação social de investigação*

no quadro da qual propunha uma teoria auxiliar das metodologias de investigação que permitisse explicar e objectivar as condições sociais da observação/inquirição do social. Raúl Iturra, criticando o teoricismo, concebia a etnografia como uma *experiência de vida* feita de momentos e episódios significativos, críticos e marcantes na biografia do investigador, experiências que seriam determinantes no modo como se constrói a teoria social. Boaventura Santos, situando os limites e as virtualidades de uma ciência pós-moderna, reafirmava a actualidade da ruptura epistemológica com o senso comum para o desenvolvimento da teoria social, desde que subordinada à preocupação de operar, ainda, uma segunda ruptura com a primeira ruptura que permitisse promover um *senso comum esclarecido*, potenciador de uma ciência implicada no social.

Acrescentaremos que pretender interrogar a etnografia como metodologia de investigação supõe actuar numa zona de *fronteira* entre a ciência consagrada e instituída (os produtos científicos) e os seus usos contextuais em diferentes disciplinas, convocando a cultura e identidade científico-disciplinares para uma zona de transacção comum, por vezes "impura" e heterogénea. Neste quadro, supomos estar a promover na cultura científica dos investigadores a passagem da consciência prática a uma consciência discursiva contextualizada, permitindo "culturalizar" a teoria social e desmistificar as concepções idealizadas do que é a prática/acção em Ciências Sociais (Caria, 2000c; Nunes; 2000; Bergeron, 2000). Uma tarefa que pode ser entendida como um risco ou um perigo para a institucionalização dos diferentes campos/disciplinas científicos(as) que estudam o social mas que, para nós, é vista como uma oportunidade de conhecimento sobre a ciência real.

É a eventual consciência dos perigos dos lugares de fronteira que, pensamos, justifica o continuado silenciamento ou a parcial ocultação da reflexão sobre os processos de construção cognitiva e cultural dos objectos científicos de estudo das Ciências Sociais, que seria suposto ocorrer na produção escrita e no debate legítimos sobre as metodologias de investigação. Daí a oportunidade deste livro, para divulgar a perspectiva daqueles que pretendem "iluminar" os saberes e as atitudes tácitos e "reais" da ciência social, em contexto próprio de acção.

No entanto, convirá não confundir os dois planos: o da construção e o da produção científicas. Aquilo que nos ocupa neste livro é principalmente o problema da construção e não o da produção do conhecimento, pois não pretendemos desenvolver e analisar os processos sociais que permitem a transformação dos conhecimentos accionados nos contextos de acção científicos em produtos instituintes e legitimadores da acção colectiva nos campos das Ciências Sociais. Apesar disto, os capítulos 2 e 3, da responsabilidade de Paulo Raposo e Elísio Estanque, são aqueles em que é mais evidenciado a associação entre os processos de construção e de produção científicas, pois trata-se das contribuições em que são mais marcantes as referências às tradições disciplinares em Ciências Sociais.

2. Saber estar no terreno

O facto de não vermos este livro como mais um manual sobre etnografia não nos inibe de introduzir algumas definições clarificadoras do modo como nos posicionamos dentro do debate mais geral sobre os métodos em Ciências Sociais. Para este efeito retomo aqui e no ponto seguinte, de uma forma sumária, as ideias que expressei e fundamentei nos trabalhos sobre etnografia decorrentes da minha experiência de terreno (Caria, 1995a; 1997; 1998, 1999a; 2000a).

Caso procuremos uma definição consagrada de etnografia, podemos arriscar dizer que se trata de uma forma de investigação que recolhe dados com a preocupação de *compreender a (i)racionalidade do outro*, o outro cultural, o outro submisso, o outro iletrado, o outro não ocidental (cf. Shweder, 1997). Entenda-se que *compreender o outro* supõe contrariar a representação social (inclusive científica) de que os dominados e os "estranhos" seriam indignos, menores, inferiores, com défices, pobres em recursos e capitais, isto é, seriam actores incapazes de se construírem de modo autónomo no plano cognitivo e cultural. Tal orientação assenta na ideia de que a objectividade científica não depende de uma posição de imparcialidade explicativa (Caria, 2000d).

Esta tentativa de definição inicial é pouco actual e parcial, porque poderá levar-nos a pensar que a etnografia apenas se interessaria por aqueles que estão mais distantes

da ciência, enquanto produto da cultura ocidental. A etnografia ao ser utilizada como estratégia de investigação pelas diferentes Ciências Sociais torna-se, hoje, especialmente útil para abordar o banal e o familiar, e o que se encontra mais próximo, permitindo identificar a diversidade cultural daquilo que aparenta ser tão igual ou comum a "nós". Neste contexto, a etnografia permite ao investigador ver-se naquilo que já pensava conhecer, evidenciando o seu etnocentrismo. Esta faceta da etnografia será tanto mais desenvolvida quanto os grupos sociais em estudo se debaterem com a interrogação de quererem saber como lidar com "outros", isto é, de se quererem pensar na relação com outros (cf. Lima, 1997).

A questão é complexa e obriga-nos a acrescentar uma outra definição, tomando posição noutra linha de debate. O etnógrafo, nas Ciências Sociais, ao pretender compreender, tem para isso que "viver dentro" do contexto em análise, apesar de não se transformar num autóctone. Assim, a etnografia supõe um período prolongado de permanência no terreno, cuja vivência é materializada no diário de campo, e em que o instrumento principal de recolha de dados é a própria pessoa do investigador, através de um procedimento geralmente designado por *observação participante*. O contributo de Luís Fernandes (capítulo 1), ao descrever em pormenor a organização do seu diário, é bem elucidativo das diversas facetas e tipos de registo, mostrando como o etnógrafo é objecto de processos de socialização local que o obrigam a evidenciar as suas inseguranças e perplexidades e a relativizar as suas origens culturais. Ele está dentro para compreender, mas ao mesmo tempo tem que estar fora para racionalizar a experiência e poder construir um objecto científico legítimo. Tem que se pensar a si próprio na relação com o outro.

Ao discutirmos estas definições, breves e polémicas, estamos mais uma vez a conceber a etnografia como um lugar de *fronteira*: o estar dentro e estar fora dos contextos de acção em análise, e, simultaneamente, convocar os autóctones para se posicionarem do mesmo modo. O "dentro e fora" é fonte de conhecimento acrescido porque provoca uma tensão e uma ambiguidade na relação social de investigação que convoca o investigador a reflectir sobre o inesperado. O investigador é um actor social que é reconhecido como competente nos "saberes-pensar de fora", mas, ao mesmo tempo, mostra ser incompetente nos "saberes-fazer de dentro". É nesta fronteira, que

designaria de *intercultural* (entre a ciência e o saber comum), que se pode construir a reflexividade da cidadania e a reflexividade que desenvolve uma ciência da ciência.

É o compromisso da etnografia com o *intercultural* torna-a fiel às suas origens, filiadas na tradição antropológica, de relativização da cultura do homem ocidental e europeu. Aliás, é devido a esta filiação que não entendemos o posicionamento daqueles que defendem para a ciência uma imparcialidade explicativa (não confundir com neutralidade observacional), pois o lugar de fronteira que sustentamos não é vazio de valores e interesse pelo mundo (Caria, 2000c). O nosso posicionamento não é político concerteza, porque não quer diluir o espaço de autonomia relativa da ciência, mas é inevitavelmente crítico e parcial, de um modo consciente, naquilo que distingue a ciência do senso comum menos elaborado: sabe como conhece porque não se limita a reconhecer e a legitimar o banal, o imposto e o oficial, mesmo aquele que aparenta ser "alternativo", dado interrogar a sua justiça organizacional (cf. Caria, 1999c).

3. Culturalizar a teoria social

Os manuais tendem a filiar a etnografia nos paradigmas qualitativos de investigação, tomando por referência a manipulação determinante de dados textuais, isto é, da informação (escrita e oral) que suporta o entendimento das construções simbólicas da diferença cultural em contexto. No entanto, admitimos que todos os procedimentos de recolha e tratamento de dados são possíveis, desde que subordinados à preocupação de *compreender o outro*, através da reflexividade do investigador para racionalizar a posição social de cientista e para relativizar as suas origens culturais de cidadão. Assim, podemos acrescentar que os procedimentos e saberes operatórios da etnografia são pluri-técnicos e, do ponto de vista epistemológico, são híbridos e ecléticos. As contribuições da responsabilidade de Amélia Frazão-Moreira, Carlos M. Silva e Ricardo Vieira, apresentadas, respectivamente nos capítulos 6, 9 e 4, mostram a ligação dos procedimentos mais típicos da etnografia com outros procedimentos menos ortodoxos, inclusive o quantitativo na sua versão *quasi-experimental*.

Existem algumas estratégias de investigação que estão mais próximas da etnografia porque não cultivam, forçosamente, uma relação de exterioridade com o objecto em

estudo. São os casos das estratégias de investigação que se centram na construção identitária, por via da narratividade de um trajecto de vida (histórias de vida) e na construção da inovação social, por via da experimentação contextualizada (investigação-acção). No entanto, a etnografia tem uma especificidade que a coloca para além destas afinidades metodológicas, resultado do facto de se centrar numa análise *holística* do social, tantas vezes enfatizada nos manuais, através das noções teórico-empíricas de "contexto" e "cultura" (cf. Caria, 1997): uma análise centrada na construção social do quotidiano partilhado em rotinas de acção e negociado em consensos e conflitos sobre regras de significação e de uso legítimo dos recursos e não em qualquer versão "essencialista" e/ou exótica de cultura.

Esta especificidade da etnografia parece, hoje, requerer alguma pormenorização porque, a realidade multicultural das sociedades complexas que desenvolveram processos endógenos de modernização, implica que a preocupação pela "totalidade" esteja reduzida à análise de actividades colectivas particulares que correspondem a segmentações institucionalizadas do espaço-tempo societal. Estamos longe pois de pretender conter "o todo" da vida quotidiana dos grupos sociais em estudo.

Uma outra especificidade da etnografia está no posicionamento *periférico* do investigador relativamente às dinâmicas de interacção social. O quotidiano é apreendido por referência central à racionalidade contextual dos "nativos" e não às representações sociais ou às racionalidades importadas do exterior ou situacionalmente accionadas em entrevistas pontuais (mesmo que não estruturadas) (Caria, 1995b). Não confundimos *posição periférica* com maior ou menor participação no contexto em estudo, pois não pensamos que os dois elementos — grau de participação e grau de centralidade — sejam equivalentes. A centralidade do investigador no terreno remete para uma dinâmica social em que este, ao esquecer ou dissimular a sua incompetência nos "saberes-fazer de dentro", se torna, quando está presente, o pólo central da acção quotidiana, não chegando a banalizar a sua presença. A contribuição de Carlos M. Silva (capítulo 9) é bem elucidativa das consequências dos diferentes posicionamento do investigador em diferentes terrenos, sobre a construção do conhecimento científico.

Pensamos que a etnografia tem em comum com as *histórias de vida* e com a *investigação-acção* o associar a produção de conhecimentos sobre o real a efeitos formativos sobre os actores sociais em estudo (Caria, 1995a). De facto, o etnógrafo nas Ciências Sociais não se limita a observar, a agir e a ouvir, faz, além disso, perguntas adequadas e pertinentes ao contexto, ainda que estas não sejam as que os autóctones verbalizam no quotidiano sobre o seu "nós". O investigador faz os "nativos" pensarem e verbalizarem sentidos e deterem-se sobre aspectos das suas vivências com os "outros" que, inevitavelmente, interrogam a sua identidade social e permitem estimular a sua reflexividade enquanto cidadãos. São estas interrogações e reflexões, associadas, que nos permitem dizer que poderemos encontrar efeitos de formação na investigação etnográfica (Caria, 1999a).

Neste quadro, poderemos afirmar que a produção de conhecimentos sobre o real, permitida pela etnografia, não se destina a encontrar regularidades ou mudanças sociais dos quais os actores em estudo são inconscientes. A etnografia valida as construções teóricas que operam como *tradução*, num plano mais abstracto e geral, das construções simbólicas localistas e imediatas da cultura "nativa", correspondentes à consciência prática e discursiva dos autóctones sobre as suas condições sociais de existência. Isto tem como consequência o facto da validação da construção teórico-etnográfica não resultar da simples constatação e verificação factuais.

A etnografia constrói-se na desejável articulação entre os sistemas de significação e de acção "nativos" (o "emic") e os sistemas de significação e acção científico-sociais (o "etic") (cf. Batalha, 1998). Isto é, depende de formas de reconhecimento locais de que as explicações científicas encontradas são plausíveis, porque traduzem, parcialmente noutra linguagem e por resposta a problemas que não são só os do quotidiano, um sentido comum mais elaborado. No entanto, importa ter algumas precauções, a saber:

(1) não limitar a teoria social ao contextual-etnográfico, dado não se pretender excluir ou condenar a teorização conceptual-abstracta e/ou filosófico-ideológica, como discurso transcultural de filiação ocidental, mas apenas evidenciar a sua validade e objectividade;

(2) não esquecer que o "etic" se inscreve sempre num "emic" científico (ocidental e/ou erudito, desejavelmente relativizado) e que o "emic" nativo pode desenvolver um "etic", racionalizador da "cultura nativa";

(3) não tomar o que se diz pensar e fazer (consciência discursiva dos "nativos") como equivalente ao que se pensa e se faz colectivamente (consciência prática dos "nativos"), e que pode ser objecto de observação exterior;

(4) não confundir a reflexividade em ciência com a construção de textos interpretativos centrados numa hipertextualização do eu, com valor terapêutico e/ou estético.

A validade da teoria social desenvolvida através da etnografia está directamente associada não só à relação entre teoria e factos mas também, e principalmente, ao desenvolvimento da intersubjectividade. No entanto, entendemos que a conceptualização da investigação como construção intersubjectiva carece de uma maior pormenorização factual e uma maior especificação conceptual, pois trata-se de conceber as relações entre teoria e reflexividade social, incluindo a afirmação da cidadania dos actores sociais em estudo (Caria, 1999a). Os factos depois de conquistados pela teoria não são só constatados e verificados empiricamente: os factos etnográficos são traduzidos pela *reflexividade intercultural* no quadro da *relação social de investigação*.

Esta reflexividade é desenvolvida apenas na medida em que se intercepta e se faz coexistir a *reflexividade institucional* sobre a cultura local com a *reflexividade interactiva* sobre a teoria social, protagonizadas tanto pelo investigador como cidadão e cientista como pelo actores sociais em estudo enquanto cidadãos e potenciais utilizadores contextuais da ciência (cf. Caria, 2001). Neste contexto, fica claro que a *reflexividade intercultural* não é a simples comunicação e diálogo entre as diferenças culturais. De facto, a etnografia em Ciências Sociais pode fazer reconhecer e dar visibilidade pública e social a realidades multiculturais e identitárias, de forma a contrariar as práticas monoculturais dominantes de discriminação sócio-cultural e os preconceitos racistas, classistas ou sexistas. Mas isso não chega para que a etnografia opere na fronteira intercultural.

Para operar na fronteira intercultural é necessário *actuar sobre a estrutura* da relação social de investigação (RSI) a dois níveis: (1) no plano da *informalização* da RSI, para facilitar as relações inter-pessoais e as trocas de informações e linguagens entre diferentes no quotidiano de vivências comuns, potenciadoras da diluição dos papéis e estatutos sociais desiguais e da atenuação dos constrangimentos institucionais; (2) no plano da "*culturalização*" da RSI, para facilitar a relativização dos etnocentrismos em presença, as trocas formativas e as hetero-socializações, potenciadoras da diluição de desigualdades de poder simbólico e cultural e da valorização do uso "impuro" e heterogéneo da ciência pelo senso comum (Caria, 1999a; 2000a).

A reflexão sobre as metodologias etnográficas de investigação enfatizam normalmente o plano da informalização da RSI (a empatia, a cumplicidade, o sentido contextual da linguagem, o à-vontade na relação interpessoal, e a percepção de sentimentos e atitudes comuns) e esquecem ou desvalorizam a vertente da "culturalização". Quando assim é estamos a usar a ciência para ampliar e amplificar a multiculturalidade e não, garantidamente, a actuar sobre as desigualdades de poder que permitem falar na ciência como uma *reflexividade intercultural*.

De facto, por um lado, a *culturalização* da RSI não é fácil de legitimar como produto porque vai questionar o poder simbólico das culturas científico-disciplinares das Ciências Sociais. Por outro lado, trata-se de uma vertente da metodologia que nem sempre é realizável e possível, porque podemos estar em presença de culturas e grupos sociais que, pela posição social que ocupam na estrutura de desigualdades de poder, não desenvolvem continuamente uma *dupla hermenêutica* (cf. Giddens, 1996). Isto é, são objectos que reflectem e que, nesse acto, integram na acção quotidiana os produtos científicos no desenvolvimento da acção social. As contribuições apresentadas por Elísio Estanque (capítulo 3), por Manuela Ribeiro (capítulo 5), por Manuela Ferreira (capítulo 8), por Luís S. Pereira (capítulo 6) e por Amélia Frazão-Moreira (capítulo 7) são bem elucidativas dos "mal-entendidos" resultantes da familiaridade/distância dos grupos sociais dominados sobre o uso e funções da ciência social e como tal se torna objecto da reflexividade social dos diferentes interlocutores do investigador.

Os recentes trabalhos de Almeida (1997) e de Cardeira da Silva (1999) parecem-nos ser dois bons exemplos do que já havíamos encontrado na nossa investigação com professores em Portugal, a saber: existem nos contextos sociais estudados categorias particulares de actores sociais que se tornam "aliados sócio-cognitivos" da investigação (não confundir com os informantes privilegiados no plano da informalização da RSI), em virtude de haver uma estreita associação (evidenciada em menor ou maior grau e com maior ou menor "representatividade") entre a reflexividade problemático-científico do investigador que interroga o objecto da investigação e a reflexividade problemático-institucional do cidadão que interroga as origens e consequências dos dilemas e ambiguidades do seu quotidiano, através da sua diferença cultural. É esta categoria particular de "aliados" que exprime a possibilidade da ciência social, ainda no seu campo de acção próprio, ser um espaço reflexivo que intercepta e transforma as relações entre culturas (a científica e a do saber comum): o efeito hetero-formativo da reflexão intercultural, potenciado pela *culturalização* da relação social de investigação. Esta possibilidade, de pensar a relação com o contexto estudado para além da construção da informalidade, está evidenciada nos textos que apresentamos, através do uso das expressões "intervenção negativa", "envolvência" e "cooperação", e outras com sentidos análogos.

4. As experiências etnográficas

Tomando por base as experiências etnográficas descritas nos vários capítulos, isto é, a descrição do pensamento dos investigadores sobre o modo como o relacional e o sócio-cognitivo pode ser transposto para uma linguagem e registo científicos, organizámos este livro por referência a duas dimensões que consideramos essenciais para a expressão da reflexão intercultural em ciência.

Cada uma destas dimensões corresponde, grosso modo, a uma parte do livro. Na primeira parte (a construção sócio-cognitiva) está enfatizada a *reflexividade interactiva* dos investigadores na sua "comunidade" (científica) de pertença e/ou referência, facilitada pelos dados que exprimem a *reflexividade institucional* dos autóctones sobre a sua diferença cultural. Assim encontramos como elementos mais relevantes desta dimensão:

- (1) as referências auto-biográficas, os valores e a caracterização das relações de implicação com o objecto em estudo;
- (2) as identidades (i)legítimas e as tomadas de posição face à cultura disciplinar-científica;
- (3) os conflitos sócio-cognitivos, desencadeados pelos efeitos inesperados na relação entre teoria e reflexividade social, mediados pela escrita do diário de campo e pelo debate na tradição teórico-disciplinar.

Na segunda parte do livro (a construção sócio-teórica) está enfatizada a *reflexividade institucional* dos investigadores no uso da teoria social para objectivarem a interacção no campo, facilitada pelos autóctones pelo uso contextual da ciência na sua *reflexividade interactiva*. Assim encontramos como elementos mais relevantes desta dimensão:

- (1) a recontextualização da teoria social (como teoria auxiliar) para entender as expectativas, as imagens e as representações dos "nativos" sobre a presença de um investigador em Ciências Sociais;
- (2) a identificação e explicação das assimetrias na relação social de investigação, limitadoras das trocas e da construção de um sentido comum contextual;
- (3) as estratégias de acção capazes de actuar sobre as estruturas de desigualdade de modo a criar outros efeitos de sentido, não tão limitadas pelas relações de poder.

Pensamos que a primeira dimensão do trabalho etnográfico permite identificar e pormenorizar o *sentido interpretativo*, de natureza teórico-epistemológica, da etnografia em Ciências Sociais, enquanto a segunda dimensão permite identificar e pormenorizar o *sentido estratégico*, de natureza teórico-técnica (cf. Caria, 2001).

Sobre a sequência dos capítulos, poderemos assinalar que: (1) cada uma partes do livro é iniciada com capítulos que põem em relevo as notas de campo e o seu papel reflexivo e racionalizador; (2) de seguida, na primeira parte, surgem os dois capítulos que, de

início, estão mais relacionados com identidades e culturas disciplinares, ainda que também desenvolvam outros aspectos; (3) no final da primeira parte, surge o capítulo que dá mais ênfase aos aspectos relacionados com os valores e as construções e conflitos sócio-cognitivos; (4) na segunda parte, depois do primeiro capítulo, surgem outros que, por ordem de distância cultural e geográfica relativamente a Portugal e aos grupos sociais dominantes, tratam mais especificamente a interação social no campo com os sujeitos/objectos da investigação.

Referências bibliográfias

(de)Almeida, Miguel V. (1997), "Ser português na Trinidad: etnicidade, subjectividade e poder", *Etnográfica*, I (1), pp.9-31.

Batalha, Luís (1998), "Emics/Etics revisitado: nativo e antropólogo lutam pela última palavra", *Etnográfica*, II(2), pp.319-343.

Bourdieu, Pierre (1993), "Comprender", in *La misère du monde*. Paris, Seuil, pp. 903-939.

Bergeron, Andrée (2000), "A cultura científica dos cientistas", in Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura científica e participação pública*. Oeiras, Celta, pp.63-80.

Cardeira da Silva, Maria (1991), "A angústia do antropólogo no momento do trabalho de campo", *Ethnologica*, n^o5, pp.

Cardeira da Silva, Maria (1999), *Um islão prático*. Oeiras, Celta.

Cabral, João de Pina (1983), "Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa", *Análise Social*, vol. XIX (76), 327-339.

Caria, Telmo H. (1995a) "Prática e aprendizagem da investigação sociológica no estudo etnográfico numa escola básica 2.3.", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n^o41, pp.35-62.

Caria, Telmo H. (1995b), "Os efeitos formativos (não esperados) no estudo etnográfico de uma escola C+S", in AA.VV., *Estado Actual da Investigação em Formação - Actas do colóquio de Maio 1994*. Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 341-354.

Caria, Telmo H. (1997), "Leitura sociológica de uma experiência de investigação etnográfica", *Sociologia — problemas e práticas*, nº25, 125-138.

Caria, Telmo H. (1998), "As estratégias antropológicas de investigação como meios para relativizar os etocentrismos do investigador", in *VIII Seminário de Investigação em Educação Matemática*. Figueira da Foz, Associação de Professores de Matemática, pp.111-120.

Caria, Telmo H. (1999a), "A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº55, pp. 5-36.

Caria, Telmo H. (1999b), "Há uma antropologia não implicada?" Comunicação ao *II Congresso Português de Antropologia — Práticas e terrenos da Antropologia em Portugal*. Lisboa, Associação Portuguesa de Antropologia.

Caria, Telmo H. (1999c), "Da análise do protesto colectivo aos Movimentos Sociais". Comentário apresentado na mesa redonda sobre "Cidadania activa, movimentos sociais e democracia participativa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº54, pp. 187-192.

Caria, Telmo H. (2000a), "A estratégia etnográfica de investigação", in *A Cultura Profissional dos Professores — o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 66-140.

Caria, Telmo H. (2000b), "O olhar sociológico sobre a etnografia", in *A Cultura Profissional dos Professores — o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 29-65.

Caria, Telmo H. (2000c), "Aprender a usar a sociologia", in *A Cultura Profissional dos Professores — o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 5-28.

Caria, Telmo H. (2000d), "A mediação intercultural no debate sobre a relação ciência e acção social". *Educação, Sociedade & Culturas*, nº14, pp.89-102.

Caria, Telmo H. (2001), "Uma abordagem sócio-cognitiva do contexto de trabalho dos grupos profissionais: o caso dos professores e outros", *Educação, Sociedade & Culturas* (no prelo).

(da)Costa, António F. (1987), "A pesquisa de terreno em Sociologia", in José Madureira Pinto e Augusto S .Silva (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 129-148.

Ethnologia (1997), Maria Caldeira da Silva (org.), *Trabalho de campo*, nº6-8.

Giddens, Anthony (1996 [1993]), *Novas regras do método sociológico*. Lisboa, Gradiva.

Lima, Antónia Pedroso (1997), "Trabalho de campo com famílias da elite empresarial de Lisboa: um terreno para a análise e o exercício das relações de poder", *Ethnologia*, nº6/8, pp.105-122.

Madureira-Pinto, José (1984), "Questões de metodologia sociológica I", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 1, 5-42.

Madureira-Pinto, José (1985a), "Questões de metodologia sociológica II", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 2, 11-40.

Madureira-Pinto, José (1985b), "Questões de metodologia sociológica III", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, 133-156.

Nunes, João A. (2000), "Públicos, mediações e construções situadas", in Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura científica e participação pública*. Oeiras, Celta, pp.81-100.

Portela, José (1985), "Observação participante: reflexões sobre uma experiência", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, 157-176

Iturra, Raúl (1987), "Trabalho de campo e observação participante", *in* José Madureira Pinto e Augusto S. Silva (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 149-163.

Santos, Boaventura S. (1987), *Um discurso sobre a ciência*. Porto, Afrontamento

Santos, Boaventura S. (1989), *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento.

Shweder, Richard A. (1997), "A rebelião romântica da antropologia contra o iluminismo, ou de como há mais coisas no pensamento para além da razão e da evidência", *Educação, Sociedade & Culturas*, nº8, pp.135-188.